



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

27 de Março 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/03/2014
Assunto: Carga tributária		Página: Online



OPINIÃO: A CONTRADIÇÃO TRIBUTÁRIA DA PRIORIDADE À EDUCAÇÃO

"A tributação onera grandemente os materiais escolares", afirma Levi Ceregado

Fonte: Brasil Econômico (SP)

Não há justificativa plausível para a alta carga tributária incidente sobre cadernos, agendas e os materiais Escolares não impressos. Há, sim, uma contradição imensa nesse tema. Afinal, a Educação é prioridade programática de todos os partidos políticos e também no nosso arcabouço legal, pois União, estados e municípios têm de destinar a ela 25% de seus orçamentos.

De modo paradoxal, as alíquotas do ICMS, principal imposto estadual, e de tributos federais perfazem taxação elevadíssima de produtos imprescindíveis à boa Escolaridade de nossas crianças e jovens. Isso, sem falar nos livros que, apesar de isentos de todo tributo na Constituição, acabam sendo agravados por taxas, como PIS/Cofins, obrigatoriamente recolhidas pelas gráficas, bem como por impostos incidentes sobre insumos e bens de capital utilizados em sua produção.

De um lado, o poder público obriga-se a despender um piso orçamentário e, de outro, reduz a sua própria capacidade de compra dos artigos Escolares destinados aos Alunos de baixa renda, com uma carga tributária absurda. Algo está muito errado nesta equação! Entendemos que o direcionamento dos recursos obedece a escolhas políticas. A Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional) tem sido incansável na proposição de pleitos que beneficiam a Educação, por entender que a recuperação da competitividade, o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico e social do país dependem do acesso da população ao Ensino e à informação.

Nesse sentido, desde 2011 defendemos bandeiras como o direcionamento de 10% do PIB à Educação. Entretanto, estamos longe dessa realidade e, de fato, a tributação onera grandemente os materiais Escolares. Dentre os produtos de confecção gráfica, os livros didáticos são agravados em 9,25% pela incidência de PIS e Cofins.

Cadernos Escolares, apesar da alíquota zero de IPI, pagam cerca de 40% de tributos, enquanto as agendas são oneradas em 64%. Nos dois últimos casos, há variações



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

dependendo do Estado, devido ao ICMS. Por isso, insistimos na defesa da total desoneração tributária de livros e materiais didáticos.

Com esse propósito, há iniciativas às quais manifestamos nosso apoio. Um exemplo é o Projeto de Lei 6705/2009, que estabelece isenção de IPI e alíquota zero de PIS e Cofins para materiais Escolares de fabricação nacional. O projeto nasceu no Senado em 2007. Está tramitando na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal, na qual aguarda parecer do relator, o deputado federal André Moura (SE).

Estamos acompanhando, também, o Projeto de Lei 122/2013, da senadora Lúcia Vânia (GO), para criação do Cartão Material Escolar, que prevê a transferência direta de recursos às famílias, para compra exclusiva de material Escolar em papelarias credenciadas. Além de beneficiar os Alunos, a iniciativa estimularia as economias locais e eliminaria fatores que hoje propiciam a concorrência desleal.

Se for universalizada para os estudantes da rede pública, falamos de 40 milhões de crianças e adolescentes, ou 20% da população brasileira. Com um aporte anual de R\$ 200 por cartão, o modelo geraria uma injeção de R\$ 8 bilhões na cadeia do material didático, que inclui as papelarias, fortemente atingidas pela concorrência de supermercados, por exemplo.

A alta carga de impostos sobre cadernos e agendas Escolares, além de representar imensa contradição quanto ao discurso da prioridade ao Ensino, também acentua a vulnerabilidade competitiva da indústria gráfica brasileira, hoje exposta à concorrência desleal de produtos importados de países com tributos mais baixos, menos exigências trabalhistas e pouca preocupação com a adoção de processos sustentáveis de produção. O caso dos livros é emblemático! Até o terceiro trimestre de 2013, o Brasil importou 20,4 mil toneladas de livros, equivalentes a US\$ 137 milhões, gerando um saldo negativo de US\$ 122 milhões na balança comercial do setor gráfico editorial.

Mais de 60% foram importados da China e entraram em nosso país beneficiados pela imunidade de impostos para livros e pela alíquota zero de PIS e Cofins concedidas desde 2004 às editoras. Em compensação, as gráficas nacionais pagam esses tributos. É preciso afinar a retórica e a prática no tocante à prioridade das políticas públicas para a Educação, que é o principal fator para que o Brasil deixe de ser uma nação de renda média e alcance um novo patamar de desenvolvimento. *Levi Ceregato é o presidente da Regional São Paulo da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf-SP)



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/03/2014
Assunto: Copa do mundo		Página: Online



COPA JÁ ESTÁ EM SALA DE AULA

Entrada antecipada de BH no calendário do Mundial de Futebol muda a rotina nas redes públicas e privada de ensino

Fonte: Estado de Minas (MG)

A bola ainda nem começou a rolar e Belo Horizonte já entrou oficialmente no calendário da Copa do Mundo. Desde o último dia 12, eventos e obras programados para ocorrer em lugares públicos da capital devem passar pelo crivo da Secretaria Municipal Extraordinária para a Copa do Mundo. As datas das tradicionais festas juninas serão alteradas para não coincidir com os jogos – algumas serão antecipadas ou adiadas.

A maior delas, o Arraial de Belô, está marcada para julho, no primeiro fim de semana depois do Mundial. As mudanças começam a repercutir também na vida das famílias. Em colégios e faculdades, sábados de descanso agora são sinônimo de provas e conteúdos e Educadores se desdobram para cumprir o ano letivo. O presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Minas Gerais (Sinep-MG), Emiro Barbini, afirma que todas as Escolas da rede têm aulas em sábados alternados desde o mês passado. As tradicionais férias de julho, do dia 15 ao 31, este ano serão de um mês: de 12 de junho a 13 de julho. Com isso, as instituições de Ensino terão 11 dias para repor e cumprir os 200 dias letivos previstos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Cada Escola tem autonomia para fazer o próprio calendário e pode optar também por compensar eliminando recessos de feriados ou esticando as aulas em dezembro. Todas as datas foram apresentadas a pais, Alunos e Educadores no início do ano.

“As redes de Ensino particular, estadual e municipal tomaram essa decisão em conjunto pensando na segurança dos Alunos, famílias e Professores, por causa das manifestações durante a Copa das Confederações. Outra motivação é o fato de muito Professor trabalhar em mais de um sistema e, se um ficasse diferente do outro, haveria sobrecarga”, afirma Barbini. “Inicialmente, a tendência era não seguir a Lei Geral da Copa e parar apenas em dias de jogos, mas vimos que o calendário ficaria muito picado e perderíamos em qualidade. É o bom senso”, acrescenta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação informou que as férias serão de 9 de junho a 12 de julho. Haverá oito sábados letivos para compensação e nenhum feriado será afetado. Na rede estadual, estão programadas aulas aos sábados, bem como a eliminação da semana de recesso em outubro pelo dia das crianças e do Professor. As aulas começaram em fevereiro, um dia antes do habitual, e terminarão dois dias depois, em dezembro.

Briga em obra para o Mundial

Uma briga entre dois operários de uma das obras de expansão do aeroporto internacional de Confins, com vistas à Copa 2014, chamou a atenção de passageiros que desembarcavam pouco antes das 17h de ontem. De acordo com o soldado Thomas Nonato, do pelotão da PM no terminal, os trabalhadores se agrediram fisicamente e sofreram escoriações leves. “Quando chegamos, os colegas deles tinham separado a briga.” Os dois foram levados para a delegacia de Vespasiano.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 27/03/2014
Assunto: Castigo		Página: Online



PROFESSORES PRECISAM OUVIR AS CRIANÇAS E EXPLICAR AS REGRAS

Psicóloga avalia que a melhor forma para tratar um caso de desobediência em sala ou, no caso, uma briga entre coleguinhas é mediar e ouvir a criança

Fonte: Diário Catarinense (SC)

O caso de uma Professora de Educação física de uma Escola da zona Norte de Joinville que proibiu uma criança de seis anos de participar de atividades na aula por mais de uma semana, após quatro dias de uma briga entre colegas, repercutiu ontem nas redes sociais. Muitos concordam com a atitude da Educadora. Outros optam pela compreensão e a conversa entre Professor e Aluno.

A Secretaria de Educação avaliou que a atitude da Professora não configurou castigo, apesar de os pais procurarem o Conselho Tutelar e registrarem até um boletim de ocorrência. Mesmo assim, a Professora foi orientada a não repetir o episódio – para não causar novo mal-estar. Para especialistas, qualquer forma de castigo deve ser evitada. Punição, só em últimos casos.

A psicóloga e doutora em Educação Rosânia Campos, Professora da Univille, avalia que a melhor forma para tratar um caso de desobediência em sala ou, no caso, uma briga entre coleguinhas é mediar e ouvir a criança, principalmente.

– O Professor precisa escutar e conversar. É um grande desafio que ele tem. Se foi uma briga por brincado, ele pode perguntar às crianças qual seria a melhor maneira de elas mesmas resolverem. O Professor precisa entender que ele pode ensinar, inclusive, no conflito – aponta Rosânia.

Para a mãe da criança, a reunião que ocorreu na tarde de ontem na Secretaria de Educação serviu para esclarecer alguns fatos. Ela não foi contra a punição ao seu filho, mas não gostou de o castigo ter chegado dias depois do fato (havia passado um fim de semana), sendo que ele já havia sido esclarecido na direção da Escola no dia em que ocorreu a briga entre as crianças.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

– Meu filho foi hoje (ontem) para a Escola porque eu disse que não teria aula de Educação física. A Professora precisará conquistar a confiança dele, para ele perder o medo. Espero que isso ocorra – diz a mãe.

De acordo com a diretora da Escola, a Professora está disposta a evitar que o episódio se repita. Para a Secretaria de Educação, o caso já está encerrado. Em nota, a Prefeitura afirmou que “ficou esclarecido que não houve castigo, apenas a retirada do Aluno de uma aula de Educação física e colocado ao lado da quadra de esporte para assistir à aula, sem participar”.

Alunos devem saber o que é proibido

Para a doutora Rosânia Campos, a Escola é uma entidade com regras que devem ser cumpridas. Cabe ao Professor explicar aos Alunos quais são elas. Atitudes como tirar o estudante da aula ou mandar para a direção resolvem o problema na hora. Mas as crianças não aprendem.

– Se o Aluno não respeita, a Professora pode conversar com ele no final da aula. Mas isso deve ser feito no mesmo dia. Para a criança, ganhar punição dias depois pode ficar confuso – orienta Rosânia.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Educação	Data: 27/03/2014
Assunto: Escola João Gonçalves Pinheiro		Página: on-line

DIÁRIO CATARINENSE

Assembleia decide por início das aulas em escola nova no Rio Tavares

Nova direção também foi eleita provisoriamente

Uma assembleia entre pais, alunos e professores da Escola de Ensino Médio João Gonçalves Pinheiro, no Rio Tavares, na noite de terça-feira, decidiu pelo início do ano letivo em 1º de abril, porém na nova Escola Jovem do Sul da Ilha. Cerca de 720 alunos estão sem frequentar aulas em 2014 pois exigem o término da obra que está três anos atrasada.

Na reunião também foram eleitos professores da escola para ocuparem provisoriamente a direção depois que os antigos diretores foram exonerados. A Secretaria de Educação (SED) enviou novos funcionários, porém a comunidade escolar os considera interventores e não aceita a presença deles.

De acordo com o professor Eduardo Perondi, cerca de 300 pais votaram nos nomes de Sandra Sauer, Francisca Sabater e Alceu Azuma, educadores que atuam há anos na instituição:

— Vamos fazer o encaminhamento para SED para formalizar as solicitações da comunidade. Foi tudo feito de forma democrática, como resposta ao autoritarismo que vem acontecendo na escola — destacou.

Todos os estudantes, professores e funcionários serão automaticamente transferidos para a nova escola. O prédio onde funciona a EEM João Gonçalves Pinheiro é emprestado pela Prefeitura, e apresenta problemas de infraestrutura. Um enterro simbólico foi realizado no 18 de março como protesto pela demora. O promotor de Justiça Miguel Luiz Gnigler chegou a visitar a instituição na última sexta-feira e recomendou que as aulas iniciassem no local provisoriamente até que a Escola Jovem Sul da Ilha ficasse pronta, porém os pais optaram por não mandar os filhos.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional informou que a Escola Jovem Sul da Ilha será entregue no dia 30 de abril, mas os pais acreditam que já é possível mudar os estudantes para o local no dia 1º. O funcionário público Valmir Freitas, 59, padrasto de um aluno de 14 anos, destaca que três datas de entrega já foram prometidas só neste ano, e se não pressionarem a obra não vai acabar nunca:



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— Faltam poucos detalhes, e a maioria na área externa. A escola velha não tem mais condições, e se começar o ano lá vão demorar ainda mais para acabar a outra. Ainda mais que é ano eleitoral, vão querer entregar perto da eleição para fazer política — disse.

Secretário da Educação diz que grupo com postura radical está prejudicando os alunos

Na avaliação do secretário de estado da educação, Eduardo Deschamps, há um pequeno grupo de professores radicais que está influenciando os pais. Ele explica que a escola João Gonçalves está em condições de receber os alunos, que estão sendo os maiores prejudicados sem estudar:

— Estamos abertos ao diálogo, acredito que não há motivo para radicalização, mas estamos acompanhando os fatos para tomar as providências legais se for necessário — disse.

Segundo ele, a Escola Jovem ainda não apresenta condições de segurança para receber a comunidade escolar e a empresa que realiza a obra é responsável pelo acesso à escola. Deschamps garantiu que a conclusão será até 30 de abril.

O secretário destaca que além dos estudantes da João Gonçalves Pinheiro, alunos da Escola Castelo Branco, no Pântano do Sul, também serão transferidos para a nova escola. Todo o processo de transferência e organização serão feitos no mês de abril.

Quanto a eleição realizada na assembleia, ele diz não ter validade, pois não segue a legislação para diretores escola.